



*Estado de Rondônia*  
*Câmara Municipal de Cacoal*  
*Procuradoria Jurídica*

---

**PARECER JURÍDICO**

**REQUISITANTE:** Presidente da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, com fulcro no Art. 220 do Regimento Interno;  
**ASSUNTO:** PROJETO DE LEI n. 103/2024

**ALTERA A LEI Nº 3.825/PMC/17 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM O FUNDO PENITENCIÁRIO – FUPEN DO ESTADO DE RONDÔNIA, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA DO ESTADO E JUSTIÇA – SEJUS/RO, E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**I- RELATÓRIO**

A Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Cacoal-RO, com fulcro no artigo 220 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, conhecendo da obrigação constante do Regimento Interno acerca do processo em epígrafe, vem manifestar-se da seguinte forma:

Trata-se de proposição de autoria do Poder Executivo, que tem como objetivo aumentar o valor pago a título de convênio com a FUPEN, que visa remunerar os servidores públicos estaduais, responsáveis pelos apenados em cuidar deles fora do estabelecimento prisional quando os apenados estiverem trabalhando no objeto do convênio.

É o sucinto relatório.

Com medida o que se pretende é remunerar adequadamente os servidores da Polícia Penal, equiparando aos valores pagos em outras localidades do Estado, para a execução do mesmo serviço.





*Estado de Rondônia*  
*Câmara Municipal de Cacoal*  
*Procuradoria Jurídica*

---

A iniciativa para o processo legislativo, por sua vez, também está adequada, visto que o Projeto de Lei em epígrafe propõe prorrogação ao programa para a concessão de benefício àqueles que necessitam.

***Diante do exposto***, a Procuradoria efetiva opina pela constitucionalidade e pela regular tramitação do Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo Municipal.

Este é o parecer.

S.M.J.!

Cacoal-RO, 05 de junho de 2024.

**TONY PABLO DE CASTRO CHAVES**

***Advogado – OAB/RO 2.147***

**ABDIEL AFONSO FIGUEIRA**

***OAB//RO 3092***

